

A República aconteceu no Rio

Exposição de Fotografias
e Documentos



Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Coordenação

Sandra Horta Marques da Costa
Pesquisa, texto e organização
Ana Lúcia Eppinghaus Bulcão
Luiz Sérgio Dias
Sandra Horta Marques da Costa

Programação Visual

Assessoria de Programação Visual — RIOARTE
Revisão de texto
Carlos Emílio Corrêa Lima
Montagem
Grupo Executivo de Manutenção e Desenvolvimento —
GEMD
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Assessoria de Imprensa
Vitor Iório
Produção
Vera Alencar Gerbassi
Reproduções Fotográficas
Bira Soares

Agradecimentos

General-de-Brigada Arnaldo Serafim
Diretor de Cultura e Desportos do Exército
Coronel de Cavalaria Fernando Barbosa Monteiro
Chefe de Gabinete da Diretoria de Cultura e Desportos do
Exército
Coronel Cláudio Moreira Bento
Diretor do Arquivo Histórico do Exército
Dr. Justino Lopes da Silva
Presidente da Comissão Municipal de Energia
Prof.^a Zélia Maria Abdulmacih
Diretora da Fundação Parques e Jardins
Dr. Paulo Vicente Vianna da Silva Júnior
Presidente do Centro Internacional Riotur — Riocentro
Dr. Geraldo Horácio de Miranda
Diretor Técnico do Centro Internacional Riotur —
Riocentro
Prof.^a Mariléa da Cruz
Secretária Municipal de Educação
Prof.^a Ely Santos
Diretora da Divisão de Moral e Civismo
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Indústria de Bebidas Antártica do Rio de Janeiro S.A.

A República Aconteceu no Rio: Uma Exposição do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, integrando-se às comemorações do Centenário da Proclamação da República no Brasil, aproveita a oportunidade para apresentar ao público, através desta exposição, alguns dos mais expressivos documentos do seu acervo. Documentos que transcendem uma dimensão unicamente municipal, constituindo-se em fontes históricas de interesse de toda a Nação.

Nesta exposição são revelados os registros da participação da Municipalidade carioca no processo republicano. Não apenas os atos da Proclamação, mas as imagens dramáticas da Revolta da Armada e da angústia vivida pela população da Cidade, alarmada pelos bombardeios.

A propaganda republicana surge diante de nossos olhos na correspondência extraída da Coleção Saldanha Marinho e em extratos da **Revista Ilustrada**, da crítica ao Império às imagens de exaltação do novo regime e dos seus personagens.

Além da política das instituições e dos grandes homens, a documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro nos coloca diante de aspectos significativos da vida urbana da capital, agora Federal.

A República, ao procurar construir novos padrões de civilidade, reordena o lazer e a festa pública na busca da modernidade.

As imagens de uma República que aconteceu no Rio, expõem ao olhar contemporâneo as contradições desse processo, da trama dos conspiradores à institucionalização do regime.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

O Arquivo da Cidade, subordinado ao Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, tem a finalidade de preservar e garantir pleno acesso a documentos arquivísticos produzidos e acumulados pela administração pública local, principalmente os de valor permanente.

Ampliando sua área de atuação específica, o órgão desenvolve também projetos voltados para a pesquisa e a divulgação da História da Cidade do Rio de Janeiro cujos resultados são demonstrados através do lançamento de publicações e da promoção de palestras, exposições e outros eventos. Esses projetos propiciam, ainda, a criação de novos acervos, testemunhos não-oficiais da memória carioca. Assim, procurando afastar-se do velho conceito de arquivo como “mero depósito de papéis venerandos, ‘importantes’ ou curiosos”, o Arquivo da Cidade avança na sua verdadeira dimensão pública.

Embora com uma trajetória iniciada no século XVI com a fundação da “muito leal e heróica” São Sebastião do Rio de Janeiro — porque a função de arquivar está presente onde quer que se administre — é com o advento da República que o Arquivo se configura como tal, passando a integrar a estrutura da administração municipal com o nível hierárquico de diretoria subordinada diretamente ao Prefeito. Todavia, esse posicionamento só é mantido durante dois anos (1893-94). A partir daí, são sucessivas as mudanças de denominação, subordinação e de localização, além de

funcionamento quase sempre precário, em instalações inadequadas.

Em 1979, pelo decreto nº 2.053 de 06 de março, recebe a denominação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e passa a ocupar sua atual sede — primeiro prédio planejado e construído especialmente para abrigar o acervo arquivístico mais importante desta municipalidade.

A paisagem social e urbana da Cidade Colonial, da Capital do Império, do antigo Distrito Federal, do Estado da Guanabara e da atual Cidade do Rio de Janeiro está refletida em seu acervo, preservado a duras penas, nessa longa trajetória em que não faltaram sinistros e incúrias político-administrativas.

Atualmente, o Arquivo abriga cerca de cinco mil metros lineares de documentos textuais e especiais, além de uma biblioteca de apoio com nove mil livros e 1.265 títulos de periódicos. Essa massa documental está aberta à consulta pública e tende a se expandir em razão de recolhimentos de documentação dispersa pelas repartições municipais, de doações e da iniciativa — já referida — de se constituir acervo não-convencional, isto é, registro de importantes expressões da vida e dos costumes da Cidade.

Rio de Janeiro, outubro de 1989.

Helena Corrêa Machado
Diretora do Arquivo Geral da
Cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro foi o palco privilegiado de alguns dos mais significativos episódios da história brasileira. Diante de sua Câmara Municipal, por duas vezes, o poder nacional se instituiu, no plano simbólico, ao tomar o organismo representativo dos cariocas como espelho de toda a Nação. Foi num livro de Atas do antigo Senado da Câmara do Rio de Janeiro que José Clemente Pereira registrou, em janeiro de 1822, a célebre decisão do Príncipe Regente D. Pedro em permanecer no Brasil — atitude fundamental para lhe assegurar o comando efetivo do processo de autonomia política do País. Foi ainda para a Câmara Municipal do Rio que se dirigiram as Câmaras das mais diversas partes do Brasil aderindo à Independência após o 7 de setembro de 1822. Estes e muitos outros atos e documentos fazem com que o acervo do Arquivo Geral dos cariocas tenha valor e importância nacional.

Na Proclamação da República, em 1889, mais uma vez a Municipalidade do Rio simbolizou a Nação, ao se institucionalizar o novo regime. O Governo Provisório, em sessão extraordinária de 16 de novembro de 1889, prestou juramento na Câmara Municipal. É importante lembrar que, até aquele momento, a Câmara reunia as atribuições de poder executivo e de poder legislativo no nível municipal, o que só viria a ser modificado com a nova legislação republicana que criaria a Prefeitura do Distrito Federal, separando as funções executivas das legislativas.

As comemorações do centenário da República abrem espaço também à reflexão e à recuperação de uma memória muitas vezes adormecida na consciência dos homens do nosso tempo. O ato de comemorar permite ao cidadão rememorar.

Nesta exposição, a equipe de pesquisadores do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro procura contribuir para revelar a um público mais amplo documentos e imagens até então restritos à pesquisa especializada. Surgem diante de nossos olhos os marcos de uma memória republicana para muitos esquecida. Ao lado da ação dos oficiais do Exército Brasileiro, emergem, dos documentos do Arquivo Geral da Cidade, a participação da Municipalidade do Rio de Janeiro, tanto nos atos preparatórios como na institucionalização da República.

A REPÚBLICA ACONTECEU NO RIO recupera uma dimensão factual pouco conhecida da trama política aos aspectos referentes à implantação de um padrão de modernidade que deve corresponder aos sonhos de uma República ideal, onde a razão e a ciência presidiriam a organização do Estado e da Sociedade.

Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos
Diretor do Departamento Geral de Documentação e Informação
Cultural

O Instituto Municipal de Arte e Cultura — RIOARTE — associa-se ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro para revelar ao grande público o espírito de uma época, exatamente os dias em que estava acontecendo a República. Isso somente se tornou possível graças ao trabalho de preservação dos documentos manuscritos e iconográficos ora em exposição.

Possa essa exposição sensibilizar a sociedade, empresas, governos e instituições internacionais para dar ao Arquivo a possibilidade permanente de preservar, organizar e recolher documentos, mantendo viva a memória da Cidade.

Tertuliano dos Passos
Presidente do Instituto Municipal de Arte e Cultura —
Fundação Rio

A Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes recebeu, como uma incumbência e uma honra, a determinação do Prefeito Marcello Alencar para assumir a representação do Governo Municipal no programa de comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República.

Todos os órgãos sob jurisdição da Secretaria — o RIOARTE, a Fundação RIO, a Fundação RIO ESPORTE e a RIOTUR — foram convocados para a participação em projetos culturais e educativos, desenvolvidos em permanente colaboração com o Dacod do Exército e dentro de harmoniosa orientação dos responsáveis, na área militar, pelo projeto global dos festejos do centenário.

A Cidade do Rio de Janeiro sempre exerceu — e continuará a exercer — uma inequívoca reitoria cultural em nossa Pátria. Aqui foi sonhada e proclamada a República, acontecimento maior de nossa tendência para a democracia, para a liberdade e para a vocação

permanente do povo brasileiro, quando, juntas e irmanadas, a Nação Civil e a Nação Armada, adotaram as instituições de 15 de novembro de 1889. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que guarda valiosos documentos da memória da Cidade e, pois, da memória do país, oferece, aos estudiosos e ao povo em geral, algumas amostras de seu precioso acervo. Uma delas é o primeiro diploma da instituição da República, o termo de posse do Governo Provisório, tendo à frente o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

A Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes credita os excelentes cuidados desta exposição aos esforços do Presidente do RIOARTE, do Diretor do Departamento de Documentação e da Diretora do ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Gerardo Mello Mourão
Secretário Municipal de Cultura
Turismo e Esportes



A Cidade do Rio de Janeiro, onde o país se habituou a tomar o pulso de sua vocação e de suas decisões históricas, tem o privilégio da guarda e preservação dos documentos que testemunham momentos culminantes da memória nacional.

A exposição que a Prefeitura está inaugurando, na sede do Arquivo da Cidade, integra-se no programa de comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República, às quais o governo do Município se associou, patrocinando a restauração arquitetônica da Casa de Deodoro — Museu do Exército — projetando eventos artísticos e culturais de grande vulto em praça pública, promovendo a cunhagem de moedas e placas comemorativas, a realização de cursos e conferências em suas escolas, em seus auditórios, a edição e distribuição de livros, revistas e cartazes. Na exposição do Arquivo, os estudiosos de nossa história, os estudantes de nossas escolas e todo o povo do Rio poderão refletir sobre os fatos e os vultos maiores de nosso passado, tão exemplarmente vivos na etapa democrática do 15 de novembro de 1889 e na figura tutelar do Marechal Deodoro.

Marcello Alencar

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Confidências e Receios na Trama Republicana

O Manifesto Republicano publicado no jornal **AREPÚBLICA**, na cidade do Rio de Janeiro, a 3 de dezembro de 1870, incentivou a formação de Clubes Republicanos em várias províncias, sendo que alguns desses centros conseguiriam, posteriormente, se organizarem em partidos.

No entanto, os primeiros anos de propaganda republicana foram incipientes, tendo a idéia de república sido revigorada nos anos finais do Império.

Aproveitando a oportunidade criada pelas Questões Militar e Religiosa e pela Abolição da Escravatura que descontentara os escravagistas, até então sustentáculos do regime monárquico, os republicanos acirraram a propaganda na imprensa, na tribuna e nos “meetings”.

A correspondência trocada entre Saldanha Marinho, chefe do Partido Republicano do Rio de Janeiro, e correligionários de outras províncias fornece um testemunho das ambições, dos ideais perseguidos e das crises e obstáculos que enfrentavam os republicanos no afã de conquistar seu objetivo.

Esses documentos têm o valor da observação do momento, do depoimento diário que nos fornecem em suas cartas, muitas vezes confidenciais, figuras de relevo do republicanismo. Campos Salles, Francisco Glicério, Augusto do Nascimento, Rangel Pestana, Aristides Lobo propõem, consultam, discutem e comunicam receios.

Por essas missivas é possível perceber que os postulados divulgados no Manifesto de 1870, onde os opositores da Monarquia afirmavam “não reconhecer outra soberania mais do que a soberania do povo”, “nenhum outro tribu-

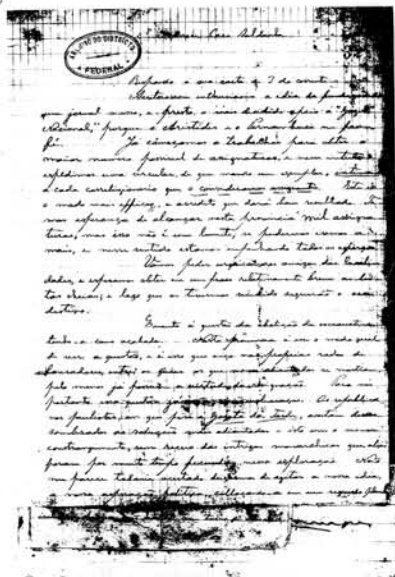
nal” e “nenhuma outra autoridade”, não foram compreendidos da mesma forma pelos núcleos republicanos provinciais.

Essas diferentes formas de pensar a República estavam relacionadas aos interesses dos grupos locais. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, cujos missivistas chegaram a mencionar a **separação**, a idéia federalista era o carro-chefe da propaganda republicana, refletindo a aspiração das elites em assegurar sua autonomia perante o governo centralizado da Corte.

Já no Rio de Janeiro, os adeptos da República defendiam idéias mais democráticas e, provavelmente por isso, encontraram maiores dificuldades para a organização de uma infra-estrutura partidária. A presença da Corte com seu aparato político-administrativo e o peso político dos conservadores no Rio de Janeiro, foram, sem dúvida, fatores decisivos para a perpetuação dessa situação.

Saldanha Marinho, cujos esforços para a organização do Partido eram notórios, chegou a publicar um anúncio, certamente num momento de desânimo, prometendo gratificar aquele que lhe trouxesse notícias certas do Partido Republicano.

Não obstante, o vínculo estabelecido entre o republicanismo do Rio de Janeiro e o Exército, visto com desconfiança pelos republicanos paulistas, que temiam as tendências centralizadoras desta instituição, desencadeou acontecimentos que culminaram na proclamação da República e que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como centro de ação.



Campinas, 6 de abril de 1887

Meu Caro Saldanha

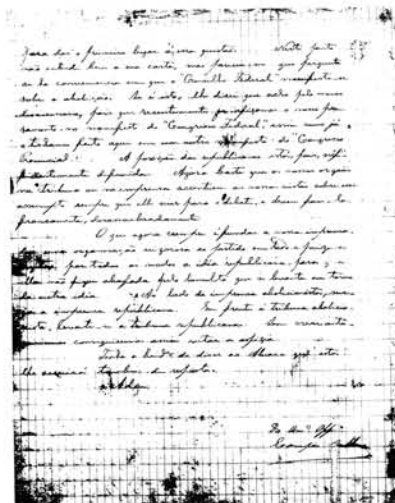
Respondo à sua carta de 3 do corrente.

Aceito com entusiasmo a idéia da fundação de um jornal nosso e presto o mais decisivo apoio à "Gazeta Nacional", porque o Aristides e o Pernambuco me fazem fé. Já começamos a trabalhar para obter maior número possível de assinaturas, e nesse intuito expedimos uma circular, de que mando um exemplar, intimando a cada correigionário que o consideramos assinante. Este é o modo mais eficaz, e acredito que dará bom resultado. Temos esperança de alcançar nesta provincia mil assinaturas, mas isso não é um limite; se pudermos iremos a mais, e nesse sentido estamos empenhando todos os esforços.

Vamos pedir urgência aos amigos das localidades, e esperamos obter em um prazo relativamente breve as listas cheias; e logo que tivermos recebido seguirão o seu destino.

Quanto à questão da abolição da escravatura, tenho-a como acabada. Nesta provincia é esse o modo geral de ver a questão, e é isso que ouço nas próprias rodas de lavradores, os quais os que menos adiantados se mostram, pelo menos já possuem a virtude da resignação.

Para nós portanto essa questão já não cria embaraços. Os republicanos paulistas, em que pese a "Gazeta da Tarde", aceitam desassombrados as soluções mais adiantadas e isto sem o menor constrangimento, sem receio das intrigas monárquicas que aliás foram por muito tempo secundas nessa exploração.



Não me parece todavia acertado deixarmos de agitar a nossa idéia, a nossa aspiração politica, colocando-a em um segundo plano para dar o primeiro a essa questão. Neste ponto não entendi bem a sua carta, mas pareceu-me que pergunta se há conveniência em que o "Conselho Federal" manifeste-se sobre a abolição. Se é isto, lhe direi que acho pelo menos desnecessário, pois que recentemente afixamos o nosso pensamento no manifesto do "Congresso Provincial". A posição dos republicanos está, pois, suficientemente definida. Agora basta que os nossos órgãos na tribuna ou na imprensa acentuem as nossas vistas sobre o assunto sempre que ele vier para o debate, e devem fazê-lo francamente, desassombradamente.

O que agora cumpre é fundar a nossa imprensa, dar uma organização vigorosa ao partido em todo o país e agitar por todos os modos a idéia republicana, para que ela não fique abafada pelo tumulto que se levanta em torno da outra idéia.

Ao lado da imprensa abolicionista surja a imprensa republicana. Em frente à tribuna abolicionista, levanta-se a republicana.

Sem criar antagonismos conseguiremos assim evitar a asfixia.

Tenha a bondade de dizer ao Alvaro que esta lhe servirá também de resposta.

Adeus
Do amigo e afilhado
Campos Salles

AGCRJ
Códice 41.1.60.fl. 32



Da Crítica à Monarquia a Exaltação Republicana

Quando Nabuco chamou a **Revista Ilustrada** de “Bíblia da Abolição dos que não sabem ler”, estava contribuindo para cunhar uma imagem cuja abrangência era bem mais ampla do que poderia parecer à primeira vista.

Considerando o percentual provável da população analfabeta na capital do Império, os “que não sabem ler” compreenderiam então uma parcela considerável de pessoas que seriam politizadas também por meio das charges da **Revista Ilustrada**.

Em 1876, quando Angelo Agostini fundou a **Revista Ilustrada**, o Rio de Janeiro, além de apresentar um considerável aumento da sua população urbana, já se beneficiava de alguns serviços públicos modernos como o bonde, a iluminação a gás, entre outros. Além disso, bancos, casas importadoras e exportadoras e um comércio cosmopolita ofereciam uma face dinâmica e fervilhante à ainda acanhada metrópole.

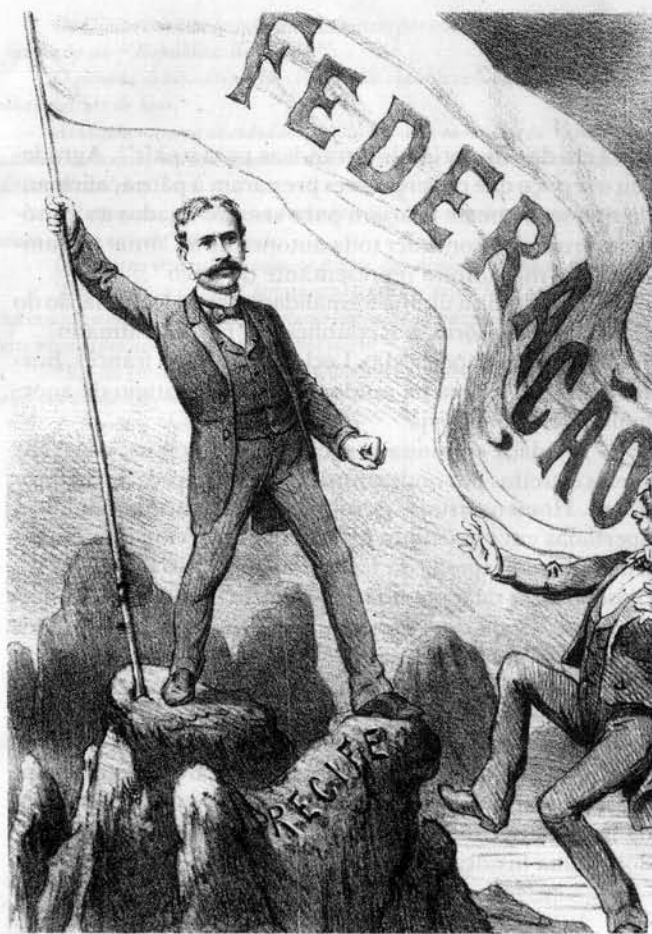
O que poderia ser chamado de “grande público” ia sendo despertado para a literatura, fútil, sem dúvida, mas capaz de sedimentar aos poucos uma prática. Os almanques, os jornais com seus folhetins, os livros e revistas alimentavam progressivamente o interesse pela leitura episódica, uma experiência que se renovava periodicamente, preenchendo com uma certa emoção o lazer quase mormente, entrecortado por saraus e reuniões familiares.

O traço de Angelo Agostini na **Revista Ilustrada** passou a enriquecer aos poucos o cotidiano de parcelas consideráveis desse grande público.

A par da beleza de seu traço, Agostini conseguiu impor com sua verve marcada por uma profundidade mordaz e anarquista, uma sátira do cotidiano do final do regime monárquico. Combativo por princípio, Agostini não poupou o próprio Imperador, explorando criticamente sua figura. Fustigou liberais e conservadores, ridicularizando-os pela inércia na ocupação dos cargos públicos, pela corrupção aberta e descarada, dentre outros aspectos.

*Eu é qui sou o verdadeiro D. Sebastião! Todos estes vampiros e sanguetugas vivem à
sua do meu sangue. Já estou tão fraco, que nem forças tenho para reagi-
rem me acode ?..*

Com Agostini, a revista representa um espelho aparentemente deformado da realidade do ocaso do regime monárquico. Assim, por trás dos tipos obesos, bem-vividos e gozadores, de figurões do mundo político, do Imperador dorminhoco ou absorto a olhar as estrelas, estava um profundo senso crítico, atento às novidades de sua época.



Mais tarde, orientada por Pereira Neto, a **Revista Ilustrada** perde um tanto do seu impacto, pois do mote, da galhofa e do picaresco que faziam a sua graça e modernidade, passa a explorar uma nova vertente, a da exaltação ao novo regime que se inaugurava mantendo, contudo, a sua condição de importante fonte de recuperação do cotidiano de duas décadas cruciais para a consolidação da República.



A República se Institucionaliza

Desde o dia 5 de novembro de 1889, os republicanos paulistas aguardavam o desfecho dos acontecimentos que se processavam na Corte, pois Aristides Lobo informara a Campos Salles das confabulações entre “algumas patentes” do Exército e os republicanos.

De fato, na tarde do dia 15 de novembro, no Rio de Janeiro, um grupo de republicanos civis, na sua maior parte jornalistas e homens de letras, conclamava o povo para que se dirigisse à Câmara Municipal com o objetivo de proclamar a República.

Depois de realizado o ato da proclamação, com a anuência dos vereadores, na sua maioria conservadores, os populares reuniram-se em frente à casa de Deodoro, no mesmo Campo de Santana onde se localizava a Câmara, comunicando-lhe os votos dos representantes da municipalidade. Esperavam o concurso do Exército, sem o qual, sabiam, a República não se efetivaria.

Os chefes militares e civis decidiram-se, então, pela proclamação da República e, na mesma noite, reuniram-se na residência de Benjamin Constant, organizando o novo Ministério.

No dia seguinte, os membros do Governo Provisório adentraram a Câmara Municipal acompanhados de grande número de oficiais do Exército e da Armada e de pessoas das mais variadas profissões.

Aristides Lobo, Ministro do Interior, declarou que o “empenho do governo era sustentar a paz e promover uma

nova era de prosperidade e grandeza para o país”. Agradeceu o serviço que os vereadores prestaram à pátria, afirmando que seus nomes ficariam para sempre ligados ao episódio e prometeu conceder toda autonomia à Câmara Municipal, “a mais direta representante do povo”.

Encerrada a última formalidade para a legitimação do Governo Provisório, a República era fato consumado.

Um mês depois, Max Leclerc, jornalista francês, buscava alguma marca da mudança, algum vestígio de anormalidade. E o que via?

A cidade continuava pacata e provinciana, com suas ruas estreitas por onde transitava uma população heterogênea. Homens sisudos de sobrecassaca e cartola, senhoras apertadas em espartilhos e vestidos confeccionados em tecidos pesados apesar da temperatura elevada, vadios, recém-egressos da escravidão, jogadores da Bolsa, trabalhadores etc. Cada qual prosseguia sua vida tranqüila, todos vagamente confiantes nas promessas da República.

Realizada a República, qual das utopias acalentadas pelos propagandistas se tornaria realidade? A Federação, o governo dos militares, a soberania militar?

A apatia duraria pouco. As revoltas, o alvoroço, as agitações tomariam conta das ruas, fazendo com que a capital da República conhecesse um dos períodos mais tumultuosos da sua história.

TRANSCRIÇÃO

ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1889 AO GOVERNO PROVISÓRIO

Os acontecimentos testemunhados ontem por esta cidade produziram a fundação da "República Brasileira".

O governo democrático está constituído como fazem público todas as folhas diárias de hoje.

Avultado numero de cidadãos, tendo à testa o nosso colega Vereador José do Patrocínio, occupou ontem os salões deste paço proclamando a "República Brasileira".

O Imperador e a Família Imperial, tratados com o maior respeito, consta que retiram-se hoje do paço.

O Governo Provisório acha-se à testa dos negócios públicos.

Tendo a Ilustríssima Câmara conhecimento destes fatos resolve reconhecer a nova ordem de coisas, e declarar em nome da paz pública que o povo deste município adere ao Governo Provisório.

Paço da Ilma. Cam.^a M^{al} da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 1889.

J. Ferreira Nobre, Presidente

D. Antônio Dias Ferreira, V. Presidente

Torquato J. Fernandes Couto

Francisco Leonardo Gommès

José Firmo de Moura

Dr. Constante de Silva Jardim

Alexandre Cardoso Fontes

José Manuel da Veiga

José Francisco Gonçalves

Pedro Gonçalves do Souto Carvalho

Dr. José Paulo Nabuco Araújo Freitas

Paulo Alves Pereira de Castro

José Carlos do Patrocínio

Thomaz da Costa Rabello

Benedicto Hipólito de Oliveira

José Antônio Magalhães Castro Sobrinho, Secretário

Os acontecimentos testemunhados ontem por esta cidade produziram a fundação da "República Brasileira".

O governo democratico está constituído como fazem publico todas as folhas diarias de hoje.

Avultado numero de cidadãos, tendo à testa o nosso collega Vereador José do Patrocínio, occupou ontem os salões deste paço proclamando a "República Brasileira".

O Imperador e a Família imperial, tratados com o maior respeito, consta que retiram-se hoje do paço.

O Governo Provisório acha-se à testa dos negócios publicos. Tendo a Ilustrissima Câmara conhecimento destes factos resolve reconhecer a nova ordem de Coisas, e declarar em nome da paz publica que o povo deste municipio adere ao Governo Provisorio.

Paço da Ilma. Cam. M^{al} da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1889 -

J. Ferreira Nobre, Presidente

D. Antonio Dias Ferreira, V. Presidente

Torquato J. Fernandes Couto

Francisco Leonardo Gommès

José Firmo de Moura

Dr. Constante de Silva Jardim

Alexandre Cardoso Fontes

Paulo Alves Pereira de Castro

José Carlos do Patrocínio

Thomaz da Costa Rabello

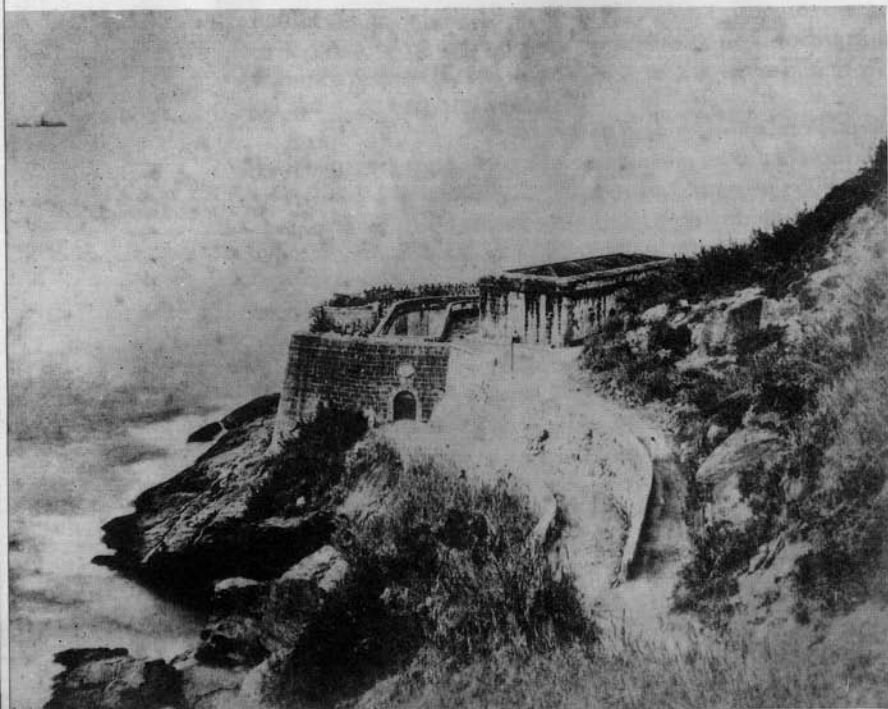
Benedicto Hipólito de Oliveira

José Antônio Magalhães Castro Sobrinho, Secretário

A Revolta que Veio do Mar

As duas últimas décadas do século passado foram particularmente agitadas para a população do Rio de Janeiro. Desde os **meetings** republicanos e violências da Revolta do Vintém, passando pela movimentação de tropas e inflamadas manifestações que viram nascer o regime republicano, o centro urbano da capital tornara-se costumeiramente agitado e acalorado.

No entanto, na aurora da República a vida da cidade sofreu um abalo inusitado. As discussões marcadas pelos inflamados discursos jacobinistas, pelas críticas aos monarquistas e mesmo por ataques físicos a portugueses — os “pés-de-chumbo” — foram interrompidos por bombardeios e trocas de tiros entre navios de guerra e fortes de terra; isto sem contar as inúmeras ameaças de desembarque de tropas navais e mesmo de intervenção estrangeira.



Mais do que um levante antigovernamental dirigido por oficiais de Marinha, a iniciativa partida do mar fazia parte de um complexo de entrechoques de forças políticas que se tornara incontrolável com os transtornos iniciais do regime republicano.

O governo de Floriano Peixoto, que já enfrentava a reação violenta de oligarquias estaduais que se opunham ao seu autoritarismo, na chamada “Revolta Federalista”, sofreu um golpe a mais com o levante de parte da esquadra em setembro de 1893.

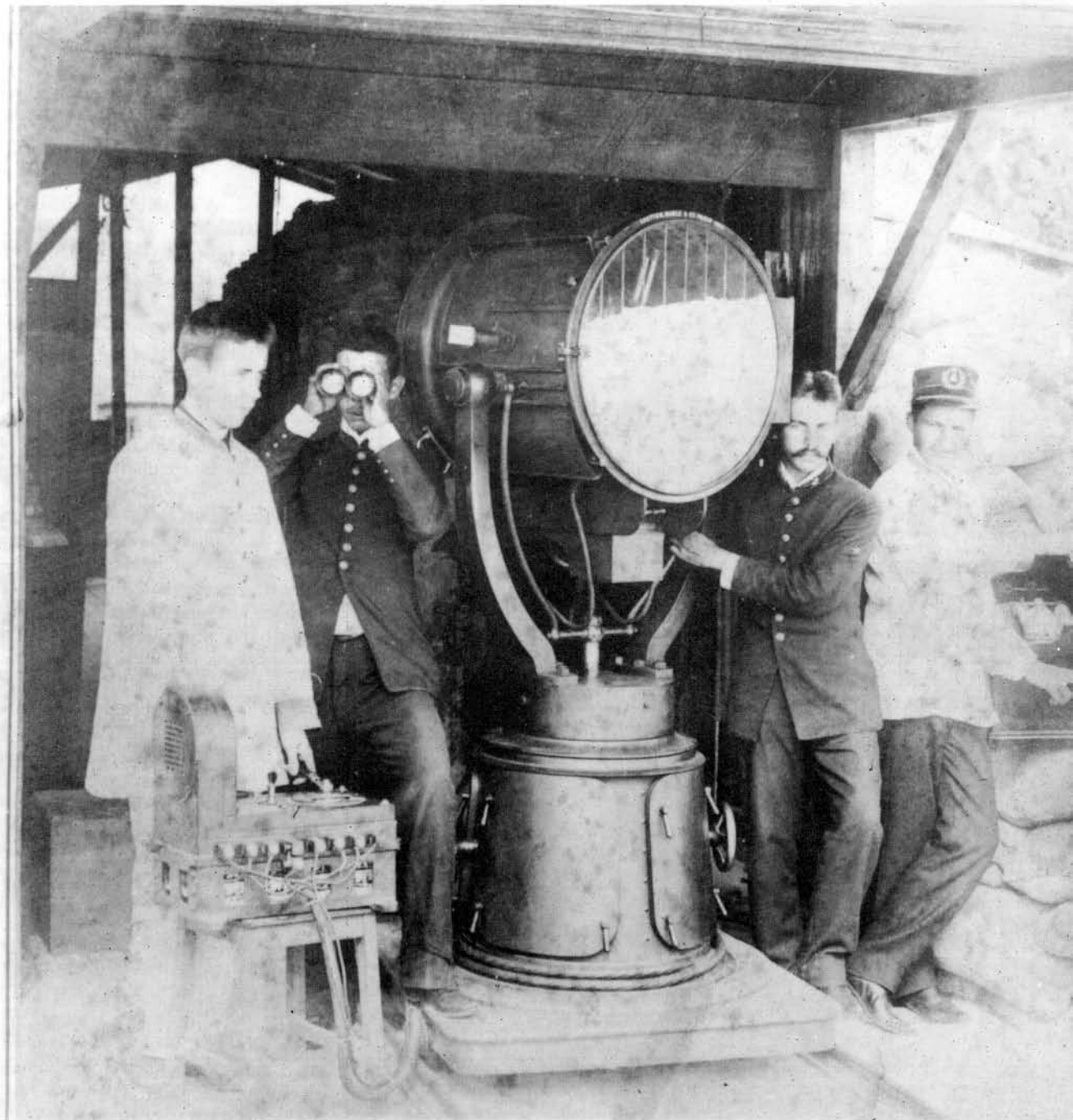
Custódio de Melo e, posteriormente, Saldanha da Gama passaram a ser figuras destacadas no desafio ao governo e, logo, aproximaram-se dos federalistas no sul do país, provocando com isso a ampliação do conflito.

A vida da cidade foi sendo transtornada, não só em decorrência dos bombardeios e duelos de artilharia que chegaram a durar três meses, como também em função da mobilização de forças em favor do governo. Isso sem contar os problemas provocados pelo artilhamento de alguns pontos estratégicos, morros internos e salientes.

Na medida em que aumentavam as tensões, para cujo agravamento contribuiu até a ameaça de intervenção estrangeira, a população do centro da cidade sentia uma profunda alteração do seu cotidiano; seja pela intensa mobilização jacobina, incluindo a formação de “batalhões patrióticos”, seja pela fuga de muitos, apavorados, para subúrbios mais distantes.

Aos poucos, a revolta foi declinando e, em março de 1894, Saldanha da Gama, principal líder do movimento, perdeu um navio de guerra português fundeado na baía de Guanabara.

A revolta acabou. Floriano Peixoto, firme, manteve-se mais algum tempo à frente do governo. Mas na cidade ficaram muitas marcas de destruição, posteriormente apagadas ou consertadas. Aos poucos, a própria vida da cidade retornaria à rotina do trabalho, das conversas nas esquinas, nos cafés e nas confeitarias, nos “bonds” e nos treps. As marcas profundas da revolta eram apagadas na cidade e na memória dos homens.



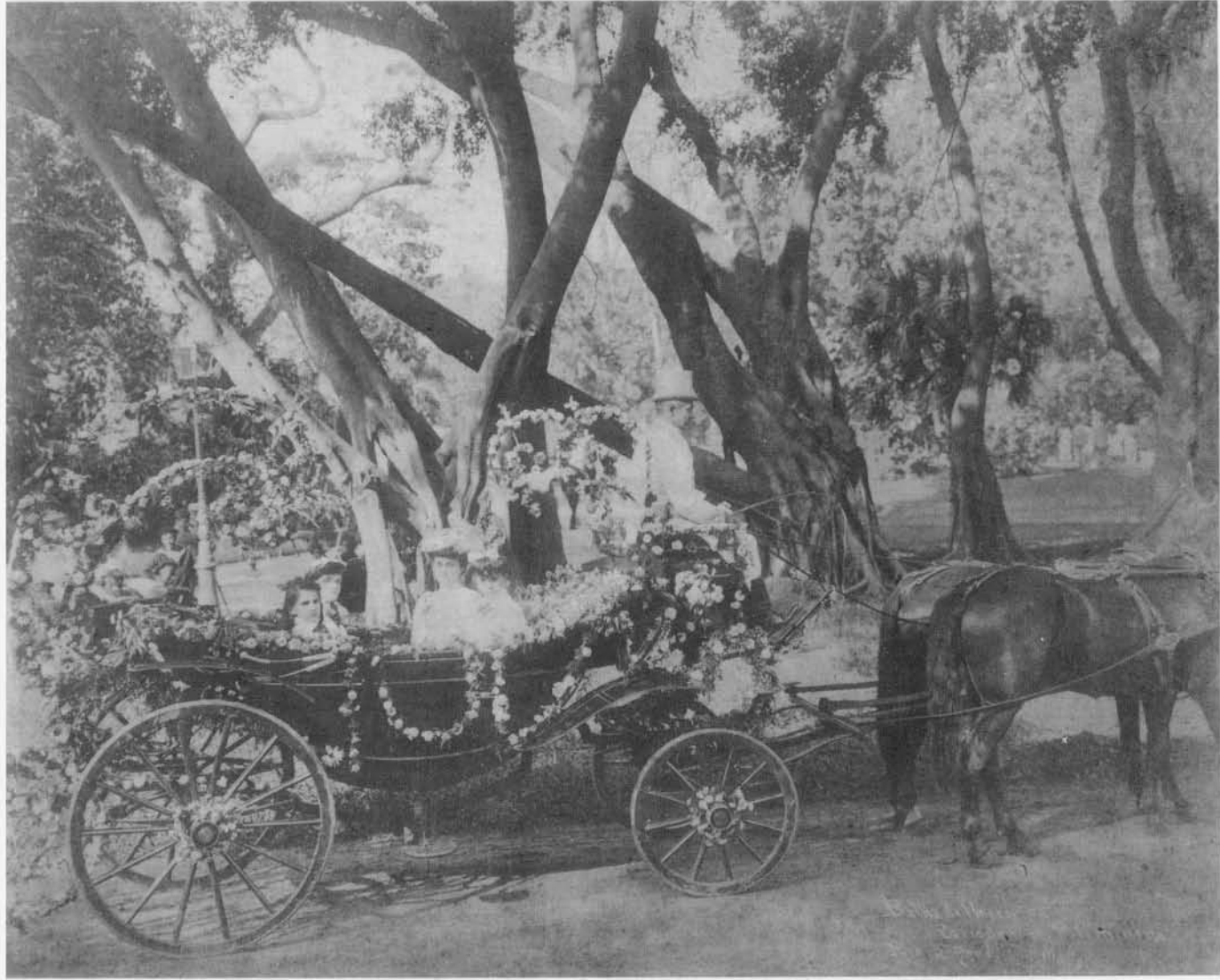
A Reordenação da Capital na Busca da Modernidade

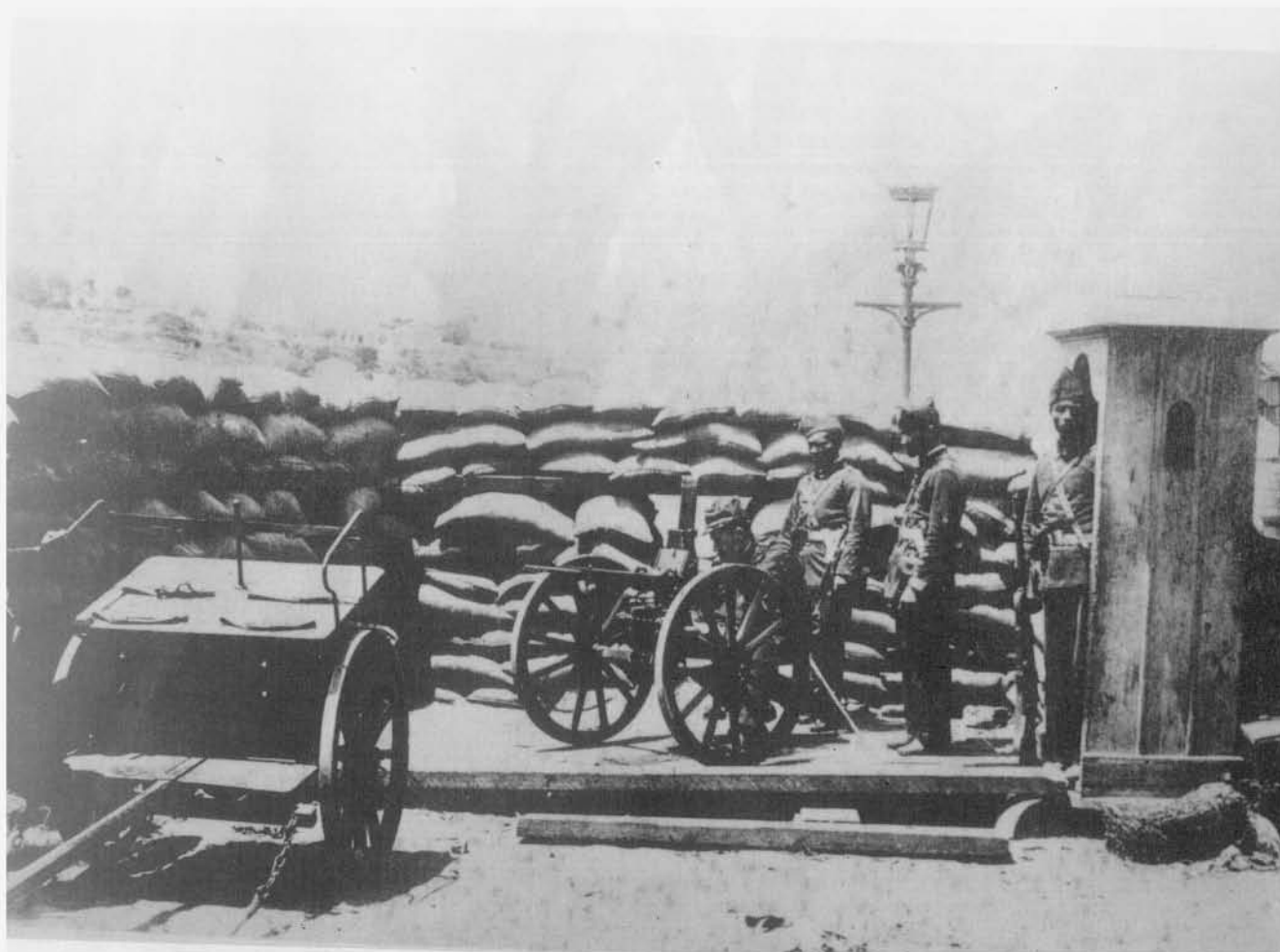
A República se instala na cidade. O momento é de transição política. O Governo Provisório cria o Conselho de Intendência Municipal que substitui a Câmara em suas funções administrativas. Esse Conselho comanda a cidade de 1889 a 1892, quando legalmente se entrega a gestão do Distrito Federal a um Prefeito nomeado pelo Presidente da República.

As reformas que a Capital sofre na virada do século se enquadram no projeto de modernização urbana imposto pela nova ordem política. Torna-se necessário higienizar a cidade, combater os focos de epidemias, apagar seu passado escravista, construir outra memória. Enfim, recriar uma cidade compatível com a imagem da Capital da Ordem e do Progresso. A reorganização do espaço urbano e o controle da população impõem-se como o centro das preocupações das autoridades municipais.

A questão do dever e do lazer se impõe como elemento fundamental na compreensão dos mecanismos de dominação desenvolvidos pelo Estado, em nome da recuperação do espaço público. No contexto ideológico de inserção do país no “Mundo Civilizado Capitalista”, tão importante quanto o estímulo e a orientação para o trabalho é a fiscalização das diversões públicas. Ao Intendente responsável pela Higiene, Obras e Matadouros competia conceder ou não as licenças que regularizassem os negócios do lazer da cidade. Intervindo no cotidiano da população, impondo severas restrições aos seus entretenimentos mais comuns por qualificá-los como desordeiros e, principalmente, por representarem uma memória que assim como as ruelas, casebres e pardieiros deveria ser destruída, coloca-se a polícia contra os Capoeiras, o Entrudo, a Festa de Judas, a Festa da Penha, a Boêmia das Serenatas e Violões, o Jogo do Bicho. Em contrapartida, o chique da concepção europeia de lazer extasia a elite carioca: são os Rinkes de Patinação, os Panoramas, as Batalhas das Flores e de Confetes, os Labirintos, os Frontões, os Cassinos e Jockey Clubes. Atividades plenamente sintonizadas com o sonho do cosmopolitismo europeu, no qual não cabia espaço para as práticas que desvirtuassem a miragem panorâmica da Capital remodelada.







Bibliografia

1. ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL. Revista documentada para a História da Cidade do Rio de Janeiro. vol. II, 1951. Rio de Janeiro, Redação e Administração, s/data.
2. BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. 23ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1980.
3. BELLO, José Maria. **História da República (1889-1945)**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956.
4. BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o segundo império**. Brasília, Senado Federal, 1979.
5. CALMON, Pedro. **História do Brasil na poesia do povo**. Rio de Janeiro, A Noite, s/d.
6. CARONE, Edgard. **A República Velha (evolução política)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
7. CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Schwarz Ltda. 1987.
8. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª ed., Porto Alegre, Globo, 1979, 2ª vol.
9. LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1ª vol.
10. PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). **A idéia republicana no Brasil através de documentos**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973.
11. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
12. SALLES, Campos. **Da propaganda à presidência**. São Paulo, s/ed., 1908.
13. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
14. SILVA JUNIOR, Manuel Francisco Dias da. **Saldanha Marinho, esboço biográfico**. Rio de Janeiro, s/ed., 1878.
15. SUSSEKIND, Flora. **As revistas do ano e a invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira — Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
16. TATI, Miécio. **O Rio de Janeiro de Machado de Assis**. Rio de Janeiro, SEEC/RJ, 1965.
17. TÁVORA, Araken. **D. Pedro e o seu mundo através da caricatura**. Rio de Janeiro, Documentário, 1976.
18. VIÂNNA, Oliveira. **O ocaso do império**. São Paulo, Melhoramentos, 1925.

Comissão Constitucional do Centenário da
República e da Primeira Carta Republicana

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro RIOARTE